



724

**REQUERIMENTO Nº 17/2025**

AUTOR / SIGNATÁRIO	ASSUNTO
Vereador <b>PETRUS EVELYN- PP</b>	<b>MOÇÃO DE REPÚDIO</b>

Senhor Presidente,

O vereador Petrus Evelyn, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem respeitosamente requerer, após aprovação plenária, que esta Moção de Repúdio **seja dirigida ao MST, em resposta ao Abril Vermelho.**

**JUSTIFICATIVA**

Pelo presente, venho propor à Câmara Municipal de Teresina a presente **MOÇÃO DE REPÚDIO** às ações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no contexto no chamado "Abril Vermelho", **iniciado no dia 5 de abril de 2025, com** a invasão simultânea de ao menos seis propriedades localizadas em diversos estados da federação.

A referida mobilização, sob o pretexto de reivindicações ligadas à reforma agrária, tem se pautado por **atos de invasão de propriedade privada**, o que configura afronta direta ao direito de propriedades garantido pelo artigo 5º, inciso XXII, da Constituição Federal, representando uma grave ameaça à ordem, à segurança jurídica e ao Estado Democrático de Direito.

O agronegócio brasileiro é o principal pilar da nossa economia e merece ser tratado com o respeito e o reconhecimento que lhe são devidos. Responsável por mais de **25% do PIB nacional, o setor agronegócio garante milhões de empregos,**





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 310032003500310037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**  
Gabinete do Vereador Petrus Evelyn Martins

movimenta as exportações e coloca o Brasil entre os maiores produtores de alimento do mundo.

É no campo, com o suor de produtores, empresários, trabalhadores e empreendedores rurais, que nasce a riqueza que alimenta nossas cidades e sustenta nosso crescimento. Atacar o agronegócio com invasões, ameaças e ocupações ilegais não é apenas um ataque a uma categoria – trata – se de uma **afronta direta ao Brasil que trabalha, produz e que gera oportunidades.**

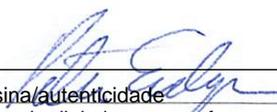
É inadmissível que grupos organizados adotem táticas coercitivas, violentas e ilegais para pressionar o poder público, desrespeitando o direito de produtores rurais e colocando em risco o abastecimento alimentar, a economia agrícola e a paz social no campo. Não se pode compactuar com a violação da legalidade, tampouco com ações que instiguem o confronto e o caos.

O respeito à Constituição e à lei deve prevalecer em qualquer Estado Democrático de Direito. A reivindicação pela reforma agrária, como qualquer manifestação, deve ocorrer por meios legais, com base em critérios técnicos e com a devida segurança jurídica para todas as partes envolvidas. A ocupação forçada de terras, sem ordem judicial e à revelia dos instrumentos legais do Estado, subverte os princípios da Justiça e abre precedentes perigosos para a escalada da ilegalidade.

Assim, esta Casa Legislativa manifesta seu total **REPÚDIO** às invasões promovidas pelo MST, ao mesmo tempo em que expressa solidariedade aos produtores rurais e às famílias afetadas, e solicita que os poderes constituídos, especialmente o Executivo e o Judiciário, tomem providências imediatas para garantir o cumprimento da lei, proteger os cidadãos de bem e assegurar o pleno funcionamento das instituições democráticas.

Data: 08/05/2025



Assinatura   
Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 310032003500310037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 310032003500310037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.